

Revista



# FEBASE

Ano VI  
N.º 50  
1,50 €  
Fevereiro de 2015

Diretor: Delmiro Carreira

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira, Teixeira Guimarães e Tomás Braz



Revisão do ACT do setor bancário

## Febase luta por inverter pretensões patronais a favor dos trabalhadores



9

Tribunal condena BPN a repor cortes salariais



12

As novas regras da reforma antecipada



## Em defesa da liberdade de expressão

A revista Febase não pode deixar de expressar a sua solidariedade para com as vítimas do jornal francês "Charlie Hebdo", condenando veementemente qualquer tipo de violência, que nenhuma crença religiosa ou ideológica justifica.

A liberdade de expressão é um pilar da democracia, símbolo das sociedades livres e respeitadoras da vontade popular. A sua importância é de tal modo relevante que países como Portugal consagraram-na na Constituição. Como órgão de informação que somos, incluímos no voto de solidariedade o nosso empenho na defesa da liberdade de expressão.

Contra os lápis daqueles que tomaram no massacre do "Charlie Hebdo", muitos outros serão empunhados. Essa será a melhor forma de honrar os cartoonistas mortos e a liberdade de expressão. ■

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Aníbal Ribeiro – SBC  
Carlos Marques – STAS  
Horácio Oliveira – SBSI  
Teixeira Guimarães – SBN  
Tomáz Braz – SISEP

**Conselho editorial:**  
Firmino Marques – SBN  
Jorge Cordeiro – SISEP  
Patrícia Caixinha – STAS  
Rui Santos Alves – SBSI  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Elsa Andrade

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 090/062  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Erre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 63.450 exemplares  
(sendo 5.450 enviados por correio eletrónico)  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

### ENTREVISTA | Paulo Alexandre

"Temos conseguido inverter as pretensões patronais a favor dos trabalhadores" **4**  
Intensa luta pelo descanso ao sábado **7**

"Queremos salvaguardar os planos de reforma" **7**  
Reforçar o SAMS **8**

### SINDICAL | Atualidade

Tribunal condena BPN a cumprir ACT e a pagar dívida aos trabalhadores **9**  
BPN Crédito despede 84 bancários **10**  
Febase e CT juntas na defesa dos trabalhadores da Parvalorem **10**

### SEGUROS | Contratação

Denúncia sindical da Allianz Portugal: Valeu a pena! **11**

### QUESTÕES | Jurídicas

Em 2015: Descongelamento das reformas antecipadas **12**

### SINDICAL | Fundo de Pensões

Grupo BCP: Grau de cobertura melhorou **14**

### DOSSIÊ | Fundos de Pensões

Evasão fiscal sob a mira sindical **15**  
O que querem os sindicatos **16**

### TEMPOS LIVRES | Nacional

Caminhadas chegam a Espanha **18**



19

**Bancários Norte**

22

**Bancários Sul e Ilhas**

25

**STAS Actividade Seguradora**

28

**SISEP Profissionais de Seguros**

30

**Bancários Centro**

TEXTO: **TOMÁS BRAZ**

As estruturas que nos regem  
estão contaminadas  
pela obsessão dos cifrões,  
em detrimento do ser humano.  
Mas o contrário é que  
faz sentido: as pessoas  
em primeiro lugar

## Urge parar, refletir e mudar

O momento que vivemos é de incertezas, angústias, frustrações e outros tantos sentimentos que nos bloqueiam numa grande mentira.

Todos os dias somos bombardeados com notícias perturbadoras para o cidadão comum, afetando o nosso dia-a-dia: mais uma empresa que fecha mandando para o desemprego dezenas ou centenas de pessoas (multiplicando o drama por cada família), mais uma morte nas urgências, mais um professor agredido, mais um polícia maltratado, mais um preso que se suicidou, mais um político na malha da corrupção, mais uma morte por violência doméstica, mais um banco que faliu, mais uma sentença que não se entende... enfim, um sem número de dramas sempre sem resposta.

É nesta nuvem carregada que nos governam, castrando a nossa opinião e manipulando a mensagem, trazendo-nos na ignorância e dependência.

Estas consequências têm origem nos baixos salários, nas baixas qualificações e na deficiente distribuição da riqueza.

O dinheiro sobrepõe-se ao valor da pessoa, dando origem a desigualdades, gerando clivagem e sentimentos de inveja, ódios e marginalização, criando por vezes os focos de onde imanam os ditos terroristas que hoje nos aterrorizam.

O ano de 2015 tem tudo para ficar na história deste País, se cada um de nós alterar e reformular os seus objetivos, tornando-os coletivos e não individuais. A sociedade sairá a ganhar.

As estruturas que nos regem estão contaminadas pela obsessão dos cifrões, em detrimento do ser humano. Mas o contrário é que faz sentido: as pessoas em primeiro lugar, recuperando os valores perdidos da família, do trabalho com dignidade, da justiça social, saúde, educação, segurança e habitação.

Temos agora oportunidade de alterar este estado de coisas, reforçando o nosso poder junto das organizações através do voto, uma conquista da democracia que por vezes desprezamos.

Pare! Seja solidário, veja onde pode mudar, de forma a que essa mudança possa trazer benefícios para o coletivo.

Na nossa área, finanças e seguros, estamos perante um novo paradigma. É necessário reformular e recuperar a credibilidade perdida junto da população e dos nossos associados, fazendo sentir às organizações que são o espelho de toda uma classe.

Numa concertação social, os valores da condição humana devem presidir às decisões finais – como consequência, as diferenças serão esbatidas e os objetivos conseguidos.

No que concerne à nossa atividade, os Sindicatos têm de ter mais força para defender com dignidade os seus associados, como classe onde cada um deve juntar-se aos seus representantes, dando-lhes o seu apoio e valorizando-se no respeito e na defesa dos interesses da classe.

O respeito ganha-se quando estamos unidos na defesa do trabalho, na valorização da pessoa com salários dignos; sendo proativos na criação de riqueza e produtividade, na consolidação de empresas com futuro.

Solução: cada um nós abdicar de um pouco do seu orgulho e do seu egocentrismo, pondo-os ao serviço dos outros. Todos iremos beneficiar, sem qualquer reserva.

A nossa estrada tem uma meta: ter presente é ganhar o futuro. Por último, e parafraseando o Papa Francisco, temos de chorar para lavar as partículas cinzentas que andam no ar e nos ofuscam. Construir um mundo melhor está nas nossas atitudes e decisões, incluir e não excluir.

Bom ano 2015. ■



As negociações de revisão global do ACT do setor bancário arrastam-se há dois anos e não é possível prever o final, embora a Febase espere chegar ao término este ano. A dificuldade, explica o coordenador da Contratação Coletiva da Federação, deve-se à desregulamentação laboral pretendida pela banca, obrigando os Sindicatos a uma luta intensa pela defesa das questões essenciais para o futuro dos bancários, nomeadamente a manutenção e reforço do SAMS. Já há algumas vitórias, mas não suficientes para subscrever um acordo. Um ajustamento salarial para 2015 será reivindicado brevemente

TEXTO: **ELSA ANDRADE**



## "Temos conseguido inverter as pretensões

**P – As negociações para a revisão do ACT decorrem há cerca de dois anos. O que tem levado ao prolongamento?**

R – O facto de a denúncia e consequente negociação ocorrer num período conturbado da banca, com oscilações entre lucros e prejuízos – e quando tudo parecia estar a estabilizar, surgiram os problemas no Grupo BES – tudo isto em nada tem contribuído para o desenvolvimento das negociações. Por outro lado, e ao contrário do atual ACT, que foi negociado com a banca nacionalizada, desta vez estamos a negociar com bancos privados, cada qual com as suas práticas internas. Além do mais, há diferentes pontos de vista sobre várias cláusulas e daí a necessidade de preparar com mais cuidado quer as propostas

quer as respostas, para tentarmos ultrapassar o bloqueio criado pelo grupo negociador das instituições de crédito.

**P – Mas esta não é a primeira vez que se faz a revisão do ACT e em nenhuma das anteriores as negociações foram tão longas.**

R – Porque não estamos a fazer uma revisão, mas a negociar uma convenção totalmente nova. Convém referir que esta é a primeira vez que há uma denúncia, o que naturalmente leva ao prolongamento das negociações. Ao longo da história, nomeadamente após o 25 de Abril, o que tem havido é a apresentação de propostas de revisão, por parte das entidades patronais ou dos sindicatos. Se houvesse acordo muito bem, caso contrário mantinha-se

em vigor o clausulado anterior. Desta vez isso não acontece, por força da denúncia do ACT e das consequências que atualmente a lei prevê em caso de caducidade.

**P – A proposta inicial das IC pretendia, na interpretação da Febase, desregular as relações de trabalho na banca. Ao longo das negociações tem sido possível inverter essa intenção?**

**"Estamos a trabalhar para que, apesar de todos os contratempos e dificuldades, cheguemos a um bom acordo para os bancários"**

R – Hoje podemos admitir que a pretensão da banca está parcialmente ultrapassada, graças à nossa insistência à mesa de negociações. Algumas das matérias que inicialmente afirmavam serem absolutamente inegociáveis já estão em debate, com propostas que poderão vir – ou não – a obter consenso.

**P – Quais, por exemplo?**

R – Um conjunto significativo de matérias regulamentadas pelo Código do Trabalho. Entre elas, por exemplo, o cálculo da isenção do horário de trabalho, o trabalho por turnos, a manutenção de algumas que já constam do atual ACT e outras que estão ainda em discussão.

### Defender promoções e diuturnidades

**P – Mas as matérias nucleares do ACT continuam sem acordo.**

R – É verdade, continuamos a debater um conjunto significativo de cláusulas fundamentais e determinantes nesta negociação. Podemos incluir aqui, nomeadamente, tudo o que tem a ver com os automatismos, Segurança Social, o SAMS e as retribuições em geral.

**P – As IC pretendem excluir os chamados automatismos de uma futura convenção. O que foi já negociado, nomeadamente sobre promoções?**

R – De concreto ainda nada está negociado. Na proposta inicial das IC, as

te já vencida referente ao próximo prémio. O que se debate neste momento é a criação de um prémio de fim de carreira, em contraponto à pretensão de acabar com o que existe agora.

**P – As diuturnidades também estão em causa na proposta das IC. Houve alguma evolução?**

R – Apesar de a banca querer acabar com todos os automatismos, incluindo as diuturnidades, está já definido que esta cláusula é para manter nos exatos termos em que está convencionada, ainda que com algumas nuances no que se refere às futuras diuturnidades de nível.

### Alteração nas isenções

**P – A manutenção de subsídios sociais, como o infantil ou de estudo, também foi posta em causa. A Febase conseguiu reverter essa pretensão?**

R – Sim, foi revertida. Na proposta inicial, o grupo negociador propunha-se acabar com esses subsídios, deixando ao livre-arbítrio de cada instituição a sua aplicação e respetivos valores. Mas está já definido que se chegarmos a um acordo final estes subsídios vão manter-se nos exatos termos do ACT em vigor.

**P – Em que ponto está a negociação sobre o subsídio de almoço?**

R – As IC pretendiam congelar o valor atual do subsídio de almoço até que o da Função Pública igualasse o do setor bancário. Graças à nossa persistência e

**"Está já definido que a cláusula sobre diuturnidades é para manter nos exatos termos em que está convencionada"**

na base de duas horas, o valor manter-se-á fixo até que 37,5% da retribuição base mais diuturnidades seja superior a esse valor. Só nessa altura se procederá a ajustamentos.

**P – É uma alternativa pior do que a atual...**

R – Face às alterações ocorridas na lei, a comparação não faz sentido, na medida em que há instituições que já estão a aplicar esta regra do Código do Trabalho, que consideram da máxima importância. Cerca de 70% dos trabalhadores que têm a chamada isenção de 1 hora serão beneficiados com a aplicação desta norma e os restantes mantêm a situação atual.

**P – Há muito que os Sindicatos da Febase reclamam uma atualização das categorias profissionais. A proposta das IC vai ao encontro dessa pretensão?**

R – Essa matéria ainda não foi discutida profundamente na Febase, mas pensamos que será possível criar um consenso à volta da proposta das IC. Basicamente, prevê uma diminuição das categorias profissionais, o que já acordámos noutras convenções do setor.

## patronais a favor dos trabalhadores"

promoções por antiguidade e mérito acabavam. No entanto, já aceitam manter e negociar as promoções por mérito, e neste momento discutimos o aumento da percentagem, bem como o direito à próxima promoção. Mas sabemos da sua irredutibilidade quanto a manter as promoções por antiguidade.

**P – Isso quer dizer que a Febase dá por findas as promoções por antiguidade?**

R – Essa não é ainda uma matéria fechada, continua em discussão no seio da Febase e voltará à mesa quando e se se entender oportuno.

**P – E o prémio de antiguidade?**

R – A posição das IC é acabar com o prémio de antiguidade, pagando a par-

depois de muita discussão conseguimos manter o subsídio de almoço nos termos atuais e sujeitos a atualização anual, sempre que houver atualizações salariais.

**P – O pagamento da isenção de horário de trabalho tem provocado um debate aceso. Há já alguma solução nesta matéria?**

R – O Código do Trabalho é muito claro na regulamentação desta matéria e as IC não prescindem da aplicação das suas regras. Nesse sentido, está em análise a manutenção da isenção nos termos em que existe para aqueles que já a têm, sendo que no futuro o cálculo da isenção será 25% da retribuição base. Para aqueles que hoje auferem a isenção calculada

### Do ACT para o Código

**P – A proposta patronal pretende retirar da futura convenção uma série de temas e remetê-los para a lei geral. Qual a posição da Febase?**

R – Se analisarmos em profundidade as pretensões das IC, concluímos que apenas transpõem do Código do Trabalho para o ACT as matérias imperativas ou as que lhes são favoráveis. Em tudo o mais querem remeter para a lei geral. Defendemos o contrário, por isso há uma grande divergência entre as partes.

**P – Que matérias a Febase não aceita excluir do ACT?**

R – Há uma série significativa de matérias que consideramos deverem ▶

► constar da convenção. É o caso, por exemplo, dos direitos e deveres, modo de prestação do trabalho, regime de férias, feriados e faltas, Segurança Social, SAMS, categorias profissionais, progressão na carreira, procedimento disciplinar, atividade sindical, e o conjunto de subsídios decorrentes do ACT, bem como aquelas que resultam obrigatoriamente da lei.

## Garantias na caducidade

**P – A Febase quer ir além do Código do Trabalho na salvaguarda de matérias em caso de caducidade. Há perspectivas de acordo?**

**R –** Se hoje se verificasse a caducidade da convenção perderíamos um conjunto de benefícios que decorrem do atual ACT, nomeadamente o SAMS. Isto porque nos termos do Código do Trabalho as únicas garantias são a retribuição mensal efetiva, as categorias profissionais e o primeiro pilar do regime da Segurança Social, ou seja, o regime em vigor na generalidade das instituições. Já outros benefícios e direitos contratuais poderão vir a ser postos em causa.

Temos tentado acautelar mais matérias, e há já consenso com as entidades patronais para que, se no futuro se verificar a caducidade da convenção, manter-se em vigor a atualização das pensões de reforma e sobrevivência nos termos do ACT e o plano complementar de reforma dos trabalhadores admitidos desde 1 de janeiro de 2008. Além, claro, do que decorre da lei.

**P – E relativamente ao SAMS?**

**R –** Essa é uma das questões que em caso de caducidade do ACT não aceitam de maneira nenhuma.

## Negociações dinâmicas

**P – Tudo o que foi alvo de entendimento poderá cair até à assinatura final. Já houve retrocesso em matérias acordadas?**

**R –** Esse é um risco real, pode haver recuos na negociação até à aprovação pelos órgãos de decisão dos sindicatos e das entidades patronais e à sua publicação no BTE.

"Ao contrário do atual ACT, negociado com a banca nacionalizada, desta vez estamos a negociar com bancos privados, cada qual com as suas práticas internas"



O grupo negociador da Febase durante a preparação da reunião com as IC

Por outro lado, como as negociações são dinâmicas é permitido a qualquer das partes alterar as suas propostas. Já não é muito curial recuar em matérias já consensuais e isso tem-se verificado ultimamente, ainda que pontualmente. Num ou noutro aspeto as IC estão a alterar a sua posição.

**P – As negociações estão longe do fim ou é previsível um acordo no curto prazo?**

**R –** É difícil prever o fim das negociações, mas pensamos que durante este ano isso venha a acontecer. Todo o processo e o seu encerramento estão pendentes por um conjunto de matérias cruciais, que quando ultrapassadas poderão criar condições para um entendimento.

Mas convém referir que este acordo não está só dependente de nós, pois o grupo negociador das IC está noutra mesa negocial. Não poderemos encerrar o nosso processo sem sabermos o que foi acordado na outra mesa, porque há matérias transversais. Sem isso não haverá entendimento.

**P – Mais um entrave na negociação...**

**R –** Sim, é um entrave a que somos completamente alheios. No entanto, é do interesse de todos – trabalhadores, Sindicatos e IC – que haja uma única convenção coletiva de trabalho.

## Ajustamento salarial

**P – Isto coloca outro problema: as IC já deram a entender que não haverá aumentos salariais enquanto a revisão do ACT não chegar ao fim, e os bancários já estão sem aumentos salariais há quatro anos.**

**R –** O último aumento foi em 2010. Apesar de a inflação estar em mínimos, há uma perda significativa do poder real de compra dos bancários nos últimos anos. Por isso vamos reclamar, ainda nesta fase negocial, um ajustamento salarial em relação a 2015.

**P – A Febase tem afirmado que esta é a pior proposta de convenção da história do setor. Isso, aliado ao risco de caducidade, condiciona a posição dos Sindicatos?**

**R –** O ACT do setor bancário já foi várias vezes alterado desde o seu início, em 1978. Mas pela primeira vez estamos confrontados com a sua denúncia, o que pode levar à caducidade. E se não houver acordo não há SAMS, pois como todos sabemos radica na contratação coletiva. Além, claro, de outras regalias e direitos, nomeadamente os previstos no capítulo dos benefícios sociais. Obviamente que isso condiciona as negociações e obriga-nos a um maior esforço de entendimento com as IC. Esperamos que as instituições façam o mesmo esforço, pois a ninguém interessa a caducidade, na medida em que a desregulamentação também não é boa para as IC.

**P – O resultado final será um bom acordo para os bancários ou a convenção possível, em que a Febase tentou minimizar os "estragos" das pretensões patronais?**

**R –** É evidente que estamos a tentar minimizar os estragos das pretensões da banca, mas também estamos a trabalhar para que, apesar de todos os contratempos e dificuldades, cheguemos a um bom acordo para os bancários. ■



# Intensa luta pelo descanso ao sábado

**P** – As poucas cláusulas sem alteração na proposta das IC foram as da duração da jornada de trabalho e dos 25 dias de férias. Não houve mudança de posição?

**R** – Até agora não, portanto persistiu-se a manutenção do período de trabalho diário e semanal de 7 e 35 horas, respetivamente. Também não estão em causa os 25 dias úteis de férias da convenção em vigor.

**P** – No entanto tem havido grande desacordo relativamente aos dias de descanso semanal. O sábado já está salvaguardado?

**R** – As IC começaram por admitir um dia de descanso semanal e um dia de descanso complementar, sem definirem exatamente quais. Depois de intensas negociações, o que ficará definido é o domingo como dia de descanso semanal obrigatório. Em caso de trabalho, e tal como hoje acontece, será compensado por um dia de descanso nos três dias úteis imediatos.

Já o descanso complementar manter-se-á ao sábado, salvo em casos excecionais previstos no contrato. Mas nesse caso, o descanso complementar será gozado na segunda-feira seguinte, salvo acordo com o trabalhador para que o seja conjuntamente com as férias. O descanso dos trabalhadores será então correspondente a 25% do trabalho extraordinário efetuado ao sábado, o que significa que se trabalharem durante quatro sábados terão direito a um dia de descanso complementar. Convém referir que esta questão deve-se à profunda alteração operada pelo Código do Trabalho nesta matéria.

**"Vão manter-se os feriados hoje previstos na lei e na convenção: o Carnaval e a véspera do dia de Natal"**

**P** – Alguma novidade quanto aos feriados contemplados no ACT?

**R** – Não há nenhuma proposta em sentido contrário, portanto vão manter-se os feriados hoje previstos na lei e na convenção. Ou seja, o Carnaval e a véspera do dia de Natal, que não sendo feriado é um dia em que os trabalhadores estão dispensados de se apresentarem ao serviço.

## Novas regras na mobilidade

**P** – O mesmo não se passa quanto ao regime de mobilidade geográfica.

**R** – Ao longo das negociações houve já várias propostas e contrapropostas para ultrapassar o desacordo nesta questão. Cremos que poderá vir a criar-se consenso numa solução que tenha por limite para as transferências uma hora de deslocação ou 50 quilómetros.

**P** – As IC pretendem retirar do ACT a regulamentação do pagamento de ajudas de custos. A Febase aceita?

**R** – Não. Não podemos deixar ao livre-arbítrio das IC o pagamento dos custos com as deslocações dos trabalhadores e temos mostrado a nossa oposição frontal. As IC admitem manter esta cláusula, mas os valores propostos não nos satisfazem. Esta é uma matéria que continua em aberto. ■



## "Queremos salvaguardar os planos de reforma"

**P** – O regime de faltas tem gerado muita polémica. Como está essa discussão?

**R** – Além da definição do tipo de faltas, as IC nada mais pretendem incluir no ACT, remetendo tudo o mais para o Código do Trabalho. Não concordamos com esta posição, e temos um conjunto de propostas para manter o regime da atual convenção, ainda que com algumas nuances. Por isso esta matéria continua em discussão.

**P** – E relativamente às faltas por doença?

**R** – A proposta patronal pretende uniformizá-las com as regras da Segurança Social no que se refere aos primeiros três dias de baixa, que não seriam pagos. No entanto, admite algumas especificidades, pelo que pedimos aos nossos serviços para nos indicarem quais as doenças que não exigindo internamento carecem efetivamente de baixa. A inclusão desses casos no ACT está em discussão.

**P** – O capítulo referente à Segurança Social é nuclear, mas conta-se entre os de maior desentendimento...

**R** – Para nós é determinante que no capítulo sobre Segurança Social da futura convenção sejam salvaguardados os direitos relativos ao plano de benefício definido – que se aplica a todos os trabalhadores admitidos até 2009 – e do plano complementar de reforma dos bancários admitidos posteriormente a essa data. Esta matéria deve constar do ACT, na medida em que trata do futuro dos trabalhadores.

Não há uma divergência de fundo quanto a esta matéria, é mais de pormenor, e deverá voltar a ser analisada proximamente pelas partes.

# Reforçar o SAMS

**P** – O que pretende a Febase relativamente ao SAMS?

**R** – Uma das linhas orientadoras desta negociação é a defesa do SAMS, que se consolidou ao longo dos anos independentemente do desenvolvimento do SNS. Por isso a célebre frase "enquanto não existir o SNS" deixou de fazer sentido.

**P** – Se o SNS tem 40 anos e o SAMS nunca foi posto em causa, porque essa insistência?

**R** – Para ficarmos tranquilos e de uma vez por todas deixarmos de estar sob injustificável ameaça constante de que o SAMS pode acabar. Esse é um argumento utilizado pelas entidades patronais diversas vezes ao longo da história, por isso queremos definitivamente eliminar esta referência do ACT.

**P** – O que significa concretamente reforçar o SAMS?

**R** – A reintrodução de uma verdadeira solidariedade. Estamos a falar de a contribuição das IC deixar de ser 6,5% sobre a retribuição mensal efetiva dos trabalhadores e dependente do nível de cada um, como hoje acontece, e passar a ser um valor fixo, igual para todos os trabalhadores. Por sua vez, os trabalhadores continuarão a pagar 1,5% da sua retribuição mensal efetiva.

**P** – As IC estão disponíveis para essa alteração?

**R** – Sim, há da sua parte disponibilidade para aceitar esta alteração, na medida em que não aumenta os encargos, só uniformiza o pagamento. Independentemente do nível do trabalhador ou do sindicato em que estiver filiado, as IC passam a pagar um valor igual por cada um.

## Contribuições iguais

**P** – Se os sindicatos não vão receber mais contribuições, qual é a vantagem?

"Independentemente do nível do trabalhador ou do sindicato em que estiver filiado, as IC passam a pagar para o SAMS um valor igual por cada um"



**R** – A situação atual não faz sentido. A assimetria que se verifica na distribuição das contribuições obrigatórias retira alguma justiça ao sistema, uma vez que há outros SAMS que têm a sua base social de apoio concentrada em determinados escalões remuneratórios.

A nossa proposta uniformiza o valor a pagar pelas IC, independentemente da filiação sindical.

**P** – A Febase propôs mais alguma alteração nesta matéria?

**R** – Sim, também propusemos alterar o mecanismo respeitante aos dessindicalizados. Atualmente, os SAMS dos Sindicatos da Febase prestam assistência aos seus associados e aos não sin-

dicalizados. Existe uma grande diferença entre não sindicalizado e dessindicalizado. No caso concreto dos SAMS, a dessindicalização pode levar a que alguém enriqueça saudável desconte para um SAMS e apenas quando doente para outro, transferindo para este último toda a despesa.

**P** – Como pretendem resolver o problema?

**R** – O nosso objetivo é criar uma norma na cláusula explicitando que os trabalhadores que se dessindicalizam continuam como beneficiários do SAMS desse sindicato até se filiarem noutra entidade. Estas são as três grandes alterações sobre o SAMS que defendemos à mesa das negociações. ■





## Tribunal condena BPN a cumprir ACT e a pagar dívida aos trabalhadores

O Tribunal da Comarca do Porto deu por procedente a ação do SBC, SBN e SBSI e obrigou o BPN a repor os valores em dívida aos trabalhadores desde 2011, dando assim cumprimento ao ACT

**P**or sentença proferida pela Instância Central – 1.ª Secção do Trabalho do Tribunal da Comarca do Porto foi recusada a aplicação do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31.12 (Lei do Orçamento do Estado para 2011, que instituiu os cortes salariais no setor público) relativamente ao Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), por considerar inconstitucional a referida norma por violação do núcleo essencial do direito fundamental à contratação coletiva.

Nesta conformidade, julgou-se a ação intentada pelo SBN, SBC e SBSI totalmente procedente e, em consequência, condenou o BPN:

- A reconhecer a plena aplicabilidade da totalidade das cláusulas do ACT, incluindo as de expressão pecuniária, que deixou de aplicar desde 1 de janeiro de 2011 aos seus trabalhadores representados pelos Sindicatos autores;
- A dar cumprimento imediato, com efeitos a 1 de janeiro de 2011, a todas essas cláusulas, tabelas ou anexos do ACT que deixou de aplicar total ou parcialmente;
- E, em consequência, efetuar as promoções obrigatórias e por mérito previstas no ACT e a pagar a cada um dos seus trabalhadores filiados nos Sindicatos autores os valores que se vierem a apurar em sede de liquidação de sentença e que se consubstanciam no seguinte:
  1. as diferenças salariais que, desde 01.01.2011, deixou e deixar de pagar até à decisão final, por efeito da diminuição das retribuições que fez;
  2. as diuturnidades que, desde 01.01.2011, deixou e deixar de atribuir, nas datas dos respetivos vencimentos, até à decisão final;
  3. os prémios de antiguidade que, desde 01.01.2011, não liquidou e não vier a liquidar nas datas dos respetivos vencimentos, até à decisão final;
  4. as diferenças salariais que resultarem das promoções na carreira, com efeitos a 01.01.2011;
  5. as diferenças dos reembolsos das despesas de deslocações.

Sobre estes valores acrescem os juros moratórios à taxa legal (4%) sobre cada prestação em dívida e contados desde o respetivo vencimento até ao respetivo pagamento.

O Banco foi ainda condenado ao pagamento das custas do processo.

Apesar de esta decisão ser ainda recorável, constitui uma importante vitória dos trabalhadores bancários do BPN, num processo que se iniciou em 2011 na sequência da entrada em vigor da referida Lei do Orçamento do Estado para 2011 e que foi mantida nos anos seguintes.

Os Sindicatos da Febase vão continuar a acompanhar o processo, e do seu desenvolvimento darão conhecimento aos associados. ■

TEXTOS: **INÉS F. NETO**

## BPN Crédito despede 84 bancários

A administração do banco recusou encontrar soluções alternativas para evitar o despedimento coletivo.

Os Sindicatos apoiam os trabalhadores que queiram avançar com a impugnação



A administração chegou mesmo a proibir a realização de uma reunião sindical com os trabalhadores, alegando não ter sido convocada com 48 horas de antecedência. No entanto o encontro efetuou-se, não nas instalações da empresa mas à frente da sua sede, onde o SBN juntou a grande maioria dos bancários visados pelo despedimento.

### Impugnação

**M**enos de um mês depois de assumir a propriedade do BPN Crédito, a nova administração iniciou um processo de despedimento coletivo abrangendo 84 trabalhadores, justificando a decisão por "motivos e circunstâncias de natureza económica, de mercado e estruturais".

Recorde-se que o BPN Crédito foi detido até 12 de dezembro de 2014 pelo Estado português através da Parparticipadas SGPS SA, sendo então adquirido pela Firmus Investimento SGPS SA, cujo capital social é indiretamente detido pela sociedade britânica CS Capital Partners IV LP e pela sociedade portuguesa Eurofan Lda. A 7 de janeiro a nova administração

iniciou o processo de despedimento coletivo.

Nos termos legais, o processo foi acompanhado pela Comissão de Trabalhadores, que nas negociações com a empresa se fez acompanhar por peritos do SBN, que representaram também o SBC e o SBSI.

O processo negocial decorreu de forma célere, sem nenhuma abertura por parte da administração para encontrar soluções alternativas ao despedimento coletivo, conforme previsto na Lei, e sempre com pressões e tomadas de posição patronais visando intimidar os trabalhadores abrangidos por esta medida.

Os Sindicatos acusam as anteriores administrações de ao longo de anos terem delapidado os bens da empresa e tomado decisões que não contribuíram para a saúde financeira do BPN Crédito, como a de diminuição da atividade comercial, conforme se pode ler no Relatório e Contas de 2013. Agora, são os trabalhadores que pagam a fatura com a perda do seu posto de trabalho.

Os Sindicatos alertam os trabalhadores para a possibilidade de impugnarem o respetivo despedimento, apoiando judicialmente todos os que pretendam fazê-lo, bastando para tal dirigirem-se aos serviços jurídicos do respetivo Sindicato. ■

## Febase e CT juntas na defesa dos trabalhadores da Parvalorem

Sindicatos e Comissão de Trabalhadores repudiam o despedimento coletivo e pedem o enquadramento dos trabalhadores em empresas da esfera do Estado. UGT apoia as organizações

**O**s Sindicatos da Febase, a Comissão de Trabalhadores (CT) da Parvalorem e a UGT uniram-se em defesa dos trabalhadores da empresa e contra o despedimento coletivo.

Após uma reunião com a UGT, as organizações emitiram um comunicado conjunto, no qual afirmam: "Os Sindicatos da Febase e a Comissão de Trabalhadores da Parvalorem, reconhecendo os muitos esforços e diligências já desenvolvidos por ambas as partes, entendem ser mutuamente benéfico e importante um estreitamento da cooperação entre si, com vista

a uma mais efetiva defesa dos trabalhadores daquela entidade, nomeadamente daqueles que se encontram a ser objeto de processos de despedimento, que repudiamos e repudiaremos, que colocam em causa os seus postos de trabalho".

Lembrando que os trabalhadores da empresa "são profissionais com sólida formação e experiência bancária, enfrentando com elevado profissionalismo mais de seis anos de instabilidade e indefinição", como atesta "a recuperação de 540M€", as organizações exigem "uma solução que não seja apenas a do recurso a processos judiciais que se arrastam anos nos tribunais".

### Diálogo político

Nesse sentido, defendem a necessidade de um diálogo político, já que a situação resultou, "em grande parte, de uma decisão política".



A Parvalorem foi criada para a resolução dos ativos tóxicos do BPN

O comunicado conjunto é assumido como "um primeiro passo" na tentativa de diálogo político, "tendo em vista soluções mais justas e que garantam condições de vida e de trabalho dignas para todos estes trabalhadores, entre as quais se deverá contar o enquadramento destes trabalhadores em empresas da esfera do Estado".

A UGT esclarece ainda que "apoia e apoiará as posições e ações assumidas conjuntamente pelos seus Sindicatos e pela Comissão de Trabalhadores". Sindicatos da Febase, CT e UGT garantem aos trabalhadores da Parvalorem que a "união de esforços" se traduzirá "numa firme defesa dos seus interesses e direitos". ■

## Denúncia sindical da Allianz Portugal

# Valeu a pena!

A seguradora iniciou o ano a cumprir o estipulado no CCT e na lei sobre informação aos trabalhadores no que diz respeito ao Plano Individual de Reforma. Valeu a denúncia dos Sindicatos ao IPS e à ACT

TEXTO: **José Luís Pais\***

**V**ale sempre a pena lutar por causas justas e por objetivos concretos e corretos.

Foi o que se fez na defesa dos direitos e na salvaguarda dos legítimos interesses dos trabalhadores da Allianz Portugal.

Os Sindicatos têm como objetivo imediato o combate ao incumprimento e/ou violações contratuais e legais, tentando resolvê-los, preferencialmente através de correspondência e reuniões com administrações ou outras entidades ligadas à matéria em causa.

No caso vertente, a Allianz Portugal procedeu negativa e desnecessariamente, o que motivou a denúncia dos Sindicatos à entidade que supervisiona a atividade seguradora, assim como à Autoridade para as Condições de Trabalho – ACT.

Não se pode, contudo, deixar de lamentar a intransigência daquela seguradora durante três anos, ao não cumprir o estipulado no CCT de 2012 e na legislação aplicável, concretamente no que respeita à informação aos beneficiários (trabalhadores da empresa no ativo) do Plano Individual de Reforma – PIR, que por imperativo do novo Contrato Coletivo de Trabalho substituiu o anterior sistema de pensões complementares de reforma. Esse fator levou, inclusive, a uma ampla divulgação deste incumprimento no número anterior desta revista.



### Legalidade reposta

Finalmente, no início do mês de janeiro – terá sido também motivador para a seguradora o facto de se estar a iniciar um ano novo? – os trabalhadores foram informados sobre o "Plano de Pensões de Contribuição Definida" em que a seguradora contribuirá, mensalmente, com uma percentagem do ordenado base do colaborador, para uma conta em nome deste. O valor capitalizado (contribuições + juros) será seu de pleno direito na data da passagem à reforma.

Os Sindicatos expressam o seu regozijo por a Allianz Portugal, ter decidido cumprir um dever que estava "no esquecimento". Os Sindicatos estão convencidos que a sua determinação aca-

bou por abrir a porta ao cumprimento em falta.

Com o término deste processo, impõe-se que a partir de agora seja dada a respetiva informação aos trabalhadores de acordo com o que está convençãoado no CCT, e de forma a mantê-los adequadamente esclarecidos.

Para o efeito relembra-se o ponto 1) do Anexo V do CCT (Plano Individual de Reforma) em vigor: "Tendo em conta o disposto na cláusula 49.ª, o empregador efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR), de valor correspondente à percentagem indicada, aplicada sobre o ordenado base anual do trabalhador. Ano civil de 2015 e seguintes: 3,25%".

*\*Vice-Presidente do STAS*





Em 2015

## Descongelamento das reformas antecipadas

As denominadas "reformas antecipadas" foram descongeladas, mas em condições muito diferentes das que existiam anteriormente. Para evitar "surpresas", antes de concretizar o pedido os trabalhadores devem solicitar à Segurança Social o cálculo provisório da sua pensão

TEXTO: **CARLA MIRRA\***

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 8/2015, de 14 de janeiro, foi parcialmente desbloqueado o acesso às reformas antecipadas, produzindo este diploma os seus efeitos reportados a 1 de janeiro de 2015.

Na verdade, através do Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, o Governo procedeu à suspensão genérica das normas que regulavam a matéria relativa à antecipação da idade de acesso

à pensão de velhice no âmbito da flexibilização, como medida temporária destinada a promover a sustentabilidade do regime de pensões do sistema previdencial de Segurança Social. Na ocasião mantiveram-se apenas, em determinadas condições, as reformas antecipadas na sequência de situação de desemprego de longa duração e determinados regimes especiais especificamente previstos.

Posteriormente, através do Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, foi introduzido um conjunto de alterações ao regime de pensões de invalidez e velhice do sistema de Segurança Social, com vista ao reforço da sustentabilidade do regime das pensões. Uma dessas alterações foi o aumento da idade de acesso à pensão de velhice, em função da evolução da esperança média de vida aos 65 anos. A idade de reforma aumentou, assim, para os 66 anos em 2014, mantendo-se neste patamar em 2015.

### Condições mais restritivas

Com o Decreto-Lei n.º 8/2015, foram descongeladas as denominadas "reformas

antecipadas", mas em condições muito diferentes das que existiam anteriormente, por já não se justificar manter a suspensão do acesso às mesmas, embora a fase de "recuperação económica" aconselhe a um regime transitório.

Depois deste regime, a aplicar transitóriamente durante o ano de 2015, no próximo ano voltará a vigorar, ao que tudo indica, o modelo anterior.

Ao abrigo do regime anterior, suspenso em abril de 2012, um trabalhador



Só contará para a redução da penalização o tempo de descontos além dos 40 anos de contribuição

podia pedir a reforma antecipada se tivesse pelo menos 55 anos de idade e 30 anos de descontos para a Segurança Social. Atualmente, o trabalhador só pode pedir a reforma antecipada desde que, cumulativamente, tenha pelo menos 60 anos de idade e 40 de contribuições para a Segurança Social (Art.º 4.º do DL n.º 8/2015).

Por outro lado, anteriormente, desde que o trabalhador, no dia em que fizesse 55 anos de idade, tivesse mais de 30 anos de contribuições para a Segurança Social, por cada conjunto completo de três anos que, naquela data tivesse para além dos 30 de descontos, reduzia um ano de penalização. Exemplificativamente: Se o trabalhador X tivesse aos 55 anos de idade, 36 anos de descontos, poderia antecipar dois anos e reformar-se sem penalização aos 63 anos, ao invés dos 65 anos (idade mínima legal em vigor).

Neste momento, como decorre do DL n.º 8/2015, só contará para a redução da penalização, o tempo de descontos para além dos 40 anos de contribuição, que o trabalhador tiver na data em que pedir a reforma antecipada. Por cada ano que tiver a mais para além dos 40 anos de contribuições, desconta quatro meses na idade legal de acesso à reforma, que neste momento é de 66 anos de idade.

### Penalizações

Por outro lado, o trabalhador que peça a reforma antecipada, ao abrigo do DL n.º 8/2015, seja qual for a sua idade e os anos de descontos (desde que cumpridos os requisitos mínimos estabelecidos), sofre ainda a penalização que resulta da aplicação do fator de sustentabilidade que, em 2015, é de 13,02 % (ver caixa).

Este regime, na prática, trará vantagens apenas a alguns trabalhadores, pelas limitações impostas e descritas atrás, e desde que detenham carreiras contributivas muito longas.

Desta forma, em jeito de conclusão, e para evitar "surpresas", os trabalhadores que pretenderem pedir a reforma antecipada devem, antes de concretizar o pedido, solicitar à Segurança Social o cálculo provisório da sua pensão.

Por ser uma decisão que terá reflexos para o resto da vida, sendo irreversível, deverá ser muito ponderada e nunca tomada de forma irrefletida. Em caso de dúvida, consulte também o seu Sindicato, que lhe dará os esclarecimentos necessários, encaminhando-o devidamente se necessário. ■

*\*Advogada do STAS*

Por ser uma decisão irreversível, deverá ser muito ponderada



## Dois exemplos

Para melhor explicar as consequências das penalizações em caso de reforma antecipada, exemplifica-se com dois casos.

### Um exemplo:

Um trabalhador com 60 anos de idade e 41 de descontos pede a reforma antecipada ao abrigo do DL n.º 8/2015. Como tem um ano de descontos para além dos 40, reduz a idade de acesso legal à reforma (66 anos em 2015) em quatro meses. Logo, aos 65 anos de idade e oito meses é que não terá penalização.

No exemplo indicado, como o trabalhador em causa tem 60 anos de idade e a penalização é de 0,5% por cada mês que antecipe, sofrerá uma penalização de 34% (68 meses x 0,5%). O valor da pensão, além desta penalização, sofre ainda o corte adicional, resultante da aplicação do fator de sustentabilidade, que em 2015, como já se referiu, é de 13,02%. O corte global será, assim, 47,02%, resultando da soma da penalização de 34% com a penalização resultante do fator de sustentabilidade de 13,02 %. É de realçar que esse corte, globalmente considerado, manter-se-á para toda a vida.

### Outro exemplo:

Um trabalhador com 62 anos de idade e 43 de descontos poderá reduzir quatro meses por cada ano de descontos acima dos 40 anos de contribuições. Terá, assim, uma "bonificação" de 12 meses. Potencialmente faltavam-lhe quatro anos para a reforma, passando assim a faltar apenas três. Aplicando a penalização de 0,5% por cada mês de reforma antecipada, teremos 36 meses e consequentemente 18% (36 x 0,5%) de penalização se o trabalhador em causa pedir a sua reforma aos 62 anos de idade, como indicado. Aos 18% deverão somar-se 13,02% do fator de sustentabilidade, como já referido, o que implica uma penalização total de 31,02%.

**Grupo BCP**

# Grau de cobertura **melhorou**

O Fundo de Pensões do Grupo BCP tinha no final do primeiro semestre de 2014 um valor de 2.786.025 milhares de euros para fazer face a um total de responsabilidades de 2.759.452 milhares de euros, pelo que apresentava uma cobertura de 101%

TEXTOS: **INÉS F. NETO**



Os Sindicatos da Febase fazem parte da Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Grupo BCP, cujo objetivo é analisar a situação do fundo, com base na documentação disponibilizada, nomeadamente o Relatório Atuarial elabora-

do pelo atuário responsável. A assessoria técnica dos Sindicatos é assegurada pela Capsicalculus, liderada pelo Prof. Pereira da Silva.

A reunião da Comissão realizou-se no início de dezembro, com o objetivo de analisar o relatório atuarial relativo ao

primeiro semestre de 2014. Os Sindicatos da Febase estiveram representados por Rui Riso.

Recorde-se que os trabalhadores e reformados do banco foram integrados no regime geral da Segurança Social. No caso dos trabalhadores, o BCP mantém a responsabilidade de proteção nas eventualidades de doença, invalidez e morte, bem como o SAMS, sendo o pagamento da pensão de reforma por velhice repartido entre a instituição e o Centro Nacional de Pensões. No que se refere aos reformados, o banco mantém as responsabilidades decorrentes de possíveis atualizações futuras do valor das pensões de velhice e sobrevivência.

O nível de financiamento do fundo de benefício definido era, no final do primeiro semestre de 2014, de 101,0%, contra 100,6% em igual período de 2013.

O grau de cobertura das responsabilidades pelo Fundo melhorou ligeiramente, apesar de uma descida de 50 pontos bases na taxa técnica de juro, que passou de 4% para 3,5%.

Os assessores da Febase consideram que a evolução do Fundo pode considerar-se positiva no semestre, apesar de um aumento do valor das responsabilidades.

Com efeito, a rentabilidade melhorou graças a um aumento nas componentes acionistas e obrigacionistas de taxa fixa financiadas por uma diminuição da liquidez e obrigações indexadas e do imobiliário.

Para um parecer definitivo sobre o comportamento do fundo no ano passado, a Febase aguarda os dados relativos à evolução no segundo semestre. ■

## Posição do Fundo

	2013	2014	Variação
<b>Valor do Fundo</b> (excluindo F&C Portugal)	2.547.276	2.786.025	238.749
Responsabilidades totais	2.533.234	2.759.452	226.218
Excedente	14.042	26.573	12.531
Cobertura	100,6%	101,0%	

## Responsabilidades

Responsabilidades a cargo do Fundo				Responsabilidades a cargo do Banco		
	2013	2014	Variação	2013	2014	Variação
Reformados	1.192.677	1.288.838	96.161	296.449	302.715	6.266
Ativos	1.044.108	1.167.899	123.791	2.533.234	2.759.452	226.218

## Composição da carteira de títulos

	Limite mínimo (%)		Limite máximo (%)		Alocação Central (%)		Fundo (%)		
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	Diferença (%)
Ações	15	15	35	35	25	25	26,80	29,80	3,00
Obrigações taxa fixa	5	5	25	25	15	15	15,00	18,20	3,20
Obrigações e liquidez	17	17	37	37	27	27	30,40	26,10	-4,30
Imobiliário	17,50	17,50	33	33	28	28	23,20	21,50	-1,70
Inv. alternativos	0	0	10	10	5	5	4,60	4,40	-0,20
Total					100%	100%	100,00%	100%	0,00%





A evasão fiscal  
afeta toda  
a comunidade

## Evasão fiscal sob a mira sindical

As políticas de investimento dos fundos de pensões podem pôr em risco a segurança das reformas de milhões de trabalhadores. O movimento sindical mundial exige responsabilidade e transparência. Uma declaração conjunta de apoio a uma alteração normativa está já em marcha

TEXTO: **ELSA ANDRADE**

A fraude e a evasão fiscais são preocupações comuns à maioria dos países, embora pequenos sejam os passos para uma harmonização que permita combater eficazmente o problema.

Todos os anos muitos milhões escapam pelas malhas do sistema aos cofres dos estados, onde poderiam ser aplicados no financiamento de serviços públicos, em despesas sociais ou, até, para aliviar a carga fiscal sobre o trabalho.

Grandes empresas e multinacionais refugiam-se em paraísos fiscais ou mudam a sede social para países com menor carga fiscal, aumentando os dividendos dos acionistas na mesma proporção em que diminuem a sua contribuição para o bem-estar da comunidade. A opinião pública manifesta-se cada vez mais intolerante com

este tipo de comportamento, pressionando os governos, sobretudo nos países com pesados impostos sobre os rendimentos do trabalho.

Mas a situação configura um escândalo maior quando os fundos de pensões – que movimentam o dinheiro dos trabalhadores – utilizam uma planificação fiscal inadequada à sustentabilidade da economia e à salvaguarda das reformas.

### Alteração de procedimento

Organizações sindicais nacionais e internacionais estão preocupadas com as práticas fiscais dos fundos de pensões. A crise financeira demonstrou claramente o problema de certos investimentos, pondo em risco a reforma de milhões de trabalhadores. ►



Os sindicatos acusam os fundos de pensões de planificação fiscal agressiva para aumentar a rentabilidade

► Além do mais, a evasão fiscal praticada por multinacionais e fundos causa enormes entraves à economia mundial, deixando muitos Estados em dificuldade para sustentar políticas sociais

e serviços públicos para as populações. A falta de recursos tem sido justificação permanente para privatizações e cortes no estado social. "A capacidade dos fundos de pensões para gerar, a nível

mundial, rendimentos a longo prazo depende de uma economia sã baseada num sistema fiscal justo. O pagamento de imposto financia serviços essenciais que permitem que comunidades, empresas e investimentos prosperem", lê-se na declaração conjunta lançada por organizações sindicais mundiais, entre as quais a Confederação Sindical Internacional (CSI), bem como a UNI e a UGT, estruturas em que os Sindicatos da Fe-base estão filiados.

Com esta iniciativa, as organizações sindicais signatárias pretendem apoiar a realização das reformas normativas destinadas a estabelecer práticas fiscais justas e responsáveis como previsto pelo G20, de acordo com o Plano de Ação da OCDE contra a erosão da base tributável e a transferência de benefícios (BEPS, na sigla inglesa).

A iniciativa estabelece as expectativas sindicais quanto à forma como os fundos de pensões devem abordar os riscos fiscais, incluindo os processos de avaliação dos investimentos existentes, a realização de um procedimento diferente para qualquer novo investimento, o fomento da declaração fiscal das empresas em cada país e a colaboração com os gestores externos dos fundos.

## O que querem os sindicatos

As organizações sindicais subscritoras da declaração exigem aos grandes fundos de pensões dos trabalhadores:

- Avaliação interna das práticas fiscais dos investimentos existentes com dois objetivos: determinar a extensão das práticas fiscais inadequadas (utilização de jurisdições que aplicam o segredo fiscal ou paraísos fiscais, preços de transferência, financiamento intragrupo, etc.) e analisar os riscos jurídicos e de imagem, o impacto sobre a base tributável e as repercussões destas práticas fiscais nos rendimentos durante o ciclo de vida do investimento para, em caso necessário, modificar as práticas fiscais;
- Integrar considerações fiscais responsáveis nos processos de diligência e avaliação em todos os novos planos de investimento e exigir aos administradores internos e externos dos fundos que apresentem informação sobre as práticas fiscais;
- Colaborar com as empresas e os acionistas para fomentar a divulgação voluntária do pagamento de impostos – incluindo a discriminação de rendimentos e dos impostos país a país –, bem como a divulgação da existência de filiais em jurisdições onde se aplica o segredo fiscal;
- Divulgar as políticas fiscais responsáveis e apresentar um relatório anual sobre as medidas adotadas para solucionar ou mitigar práticas fiscais inadequadas;
- Promover alterações nas normativas mundiais com o objetivo de garantir a divulgação pública do pagamento de impostos corporativos e comprometendo-se com os investidores a adotar uma abordagem fiscal responsável, em conformidade com o espírito da lei e com os códigos tributários, como prevê o Plano de Ação BEPS da OCDE e do G20.



"As tentativas para aumentar a rentabilidade a curto prazo mediante uma planificação fiscal agressiva minam a sustentabilidade das nossas economias", afirmou Sharan Burrow, secretária-geral da CSI, acrescentando: "Na sua qualidade de administradores do capital dos trabalhadores, os fundos de pensões devem tomar medidas razoáveis nas suas carteiras de investimento, face ao risco fiscal".

### Proteger pensões

Na declaração, as organizações sindicais alertam para o facto de a planificação fiscal agressiva dos fundos comprometerem a economia, bem como o clima e o ambiente do investimento em geral, "pondo em risco os benefícios a longo prazo e fazendo perigar os rendimentos dos trabalhadores e a segurança das suas reformas".

Por outro lado, sublinham, "a redução de impostos concedida a empresas e investidores põe em risco os rendimentos públicos e a capacidade dos governos de financiar adequadamente as pensões públicas".

## Organizações apoiantes

Confederações sindicais nacionais e organizações internacionais estão unidas em defesa de uma fiscalidade sustentável dos fundos de pensões.

A petição sindical foi já assinada por 45 estruturas sindicais de 19 países, entre as quais se destacam a Confederação Sindical Internacional (CSI), UNI Global Union, Comissão Sindical Consultiva junto da OCDE (TUAC) e Internacional de Serviços Públicos (ISP).

Entre confederações nacionais contam-se centrais sindicais de países como Portugal (UGT), Alemanha, África do Sul, Austrália, Bélgica, Canadá, Brasil, República Checa, EUA, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Indonésia, Japão, Irlanda, Noruega, Suécia e Nova Zelândia.

"Em última instância, são os cidadãos comuns, incluindo os beneficiários dos fundos de pensões, quem paga a fatura", sublinham os sindicatos.

As organizações sindicais signatárias manifestam a sua preocupação com a atual situação, frisando que ao não incluírem os riscos fiscais nos planos de investimento, os fundos de pensões expõem-se a perigos desnecessários de ordem normativa, financeira e de imagem. "A agressiva evasão fiscal

corporativa pode reduzir os futuros fluxos como consequência de cargas fiscais inesperadas, prejudicar a rentabilidade a longo prazo e exercer um impacto significativo na confiança dos investidores".

Para os sindicatos, se os administradores dos fundos não tomarem medidas para evitar a evasão fiscal podem ser considerados responsáveis, caso se prove que tais práticas põem em risco a saúde do fundo ou impõem custos desnecessários ao fundo e aos seus beneficiários.

"Os fundos de pensões, enquanto administradores do capital dos trabalhadores, têm de responder a esta questão e incorporar os riscos fiscais como parte fundamental da sua política de investimento responsável", exigem.

### Impossível escapar

Embora a responsabilidade principal da luta contra a evasão fiscal caiba aos governos, a escala e influência mundial dos fundos de pensões oferece uma oportunidade de fazer avançar políticas e práticas fiscais responsáveis, lê-se na declaração.

Sharan Burrow denuncia os poderosos interesses financeiros e empresariais que estão a dificultar a cooperação internacional para pôr fim "ao interminável escândalo dos acordos fiscais de índole duvidosa, especialmente de algumas importantes multinacionais".

"Estas artimanhas fiscais são profundamente prejudiciais para a situação fiscal dos governos e para as empresas que cumprem as suas obrigações", afirmou a secretária-geral da CSI, acrescentando: "Os governos têm de estabelecer regulações para garantir que as empresas não podem fugir às suas obrigações tributárias. Nesse sentido, estamos a concentrar a nossa atenção nos fundos de pensões". ■



A redução de impostos a empresas e investidores põe em risco a capacidade social dos estados, como a educação





TEXTO: PEDRO GABRIEL

# Caminhadas chegam a Espanha



A visita à Serra de Gredos, em Espanha, está nos planos

Além das habituais caminhadas, a organização quer elevar o projeto a um outro patamar. Iniciativas com mais de um dia estão na calha

**D**e depois de mais um ano repleto de muitos e bons passeios, as Caminhadas Febase estão de regresso, desta feita com algumas novidades.

O primeiro percurso será feito na margem Sul do Tejo, no dia 21 deste mês. Os participantes terão oportunidade de perscrutar a capital a partir de vários pontos em Almada.

Precisamente um mês depois haverá a caminhada "Olhos D'Água", em Alcanena, onde será possível observar a nascente do Alviela, na chamada Gruta do Alviela.

E no dia da Liberdade nada melhor do que comemorar a data no local onde aconteceu a mais importante revolução portuguesa. Na capital, o passeio pela "Lisboa das Revoluções" será noturno.



Celebrar a primavera na nascente do Alviela



À descoberta do cais palafítico da Carrasqueira

Para os apaixonados e não só, em setembro realizar-se-á uma caminhada na vila de Sintra, onde os participantes visitarão as quintas mais românticas da zona.

Ao longo do ano haverá caminhadas diversificadas para satisfazer o maior número possível de sócios e seus familiares. Consulte o quadro e marque já na agenda.

## Atravessar a fronteira

Além do calendário já definido, existe a possibilidade de organizar outras iniciativas, que estarão disponíveis em qualquer data e sujeitas a um número mínimo e máximo de participantes.

O Passeio Ciclotur será feito em Lisboa, com a duração de um dia, e exige um mínimo de dez participantes e um máximo de 20. As bicicletas serão fornecidas pela organização.

"Sou contrabandista de amor e saudade...", assim cantava Paco Bandeira. A "Rota dos Contrabandistas" não começa em Elvas nem tem Badajoz à vista, mas passará por Penamacor, Monsanto, Penha Garcia, Monfortinho e Espanha. Terá a duração de três dias e duas noites, com um limite mínimo de 20 pessoas e um máximo de 40.

A Serra da Estrela também está contemplada nestas novas iniciativas. Entre 15 e 30 pessoas terão oportunidade de visitar Loriga e a Torre, durante três dias.

Finalmente, em terra de 'nuestros hermanos' os participantes podem visitar a Serra de Gredos, durante três dias e duas noites. Este passeio tem um limite mínimo de 15 pessoas e um máximo de 20.

Para mais informações consulte o blogue das Caminhadas Febase, em <http://febase-caminhadas.blogspot.pt/> ■

## Marque na agenda!

Estas são as caminhadas já agendadas para 2015. Vamos fazer o pleno?

Data	Caminhada
21 de fevereiro	Almada: Olhares sobre Lisboa
21 de março	Olhos D'Água: A nascente do Alviela (Alcanena)
25 de abril	Passeio noturno pela Lisboa das Revoluções
30 de maio	Da Comporta à Carrasqueira: à descoberta do Cais Palafítico
20 de junho	Pedipaper: Caminhando por Lisboa
26 de setembro	Quintas Românticas – Sintra
31 de outubro	Castelo de Sesimbra/Cabo Espichel
21 de novembro	Rota das Linhas Torres (Forte São Vicente)



TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

# Conselho Geral aprova Programa de Ação e Orçamento



O Conselho Geral debateu também a situação laboral no setor bancário

Os conselheiros aprovaram por larga maioria os documentos apresentados pela Direção

**R**ealizou-se dia 30 de dezembro o Conselho Geral do SBN, que tinha como finalidade apreciar e votar a proposta da Direção referente ao Orçamento para 2015 e as Bases Gerais e o Programa de Ação – documentos da maior importância para a vida do Sindicato.

No período de Antes da Ordem de Trabalhos foi analisada a situação que a banca portuguesa atualmente atravessa, nomeadamente a redução do quadro de pessoal que se verifica no Millennium BCP, no Barclays e no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria.

Por parte da Direção foi prestada informação sobre a forma como se têm vindo a desenvolver as negociações para a revisão do acordo coletivo de trabalho do setor bancário que, recorde-se, foi denunciado pelas instituições de crédito em junho de 2012.

## Contenção de gastos

Entrou-se de seguida na análise do Orçamento e do Plano de Ação para o ano de 2015, que preveem um ainda maior cuidado nos gastos, com contração de despesas que se tornam possíveis, dada a diminuição das receitas originadas, entre outras causas, pela não admissão de novos trabalhadores no setor e pela redução do quadro de pessoal que tem vindo a verificar-se em alguns bancos.

Assim, o Orçamento propõe uma maior contenção do nível de gastos na generalidade dos pelouros existentes, sem prejuízo das áreas da negociação coletiva, do SAMS e da atividade sindical – matérias consideradas pilares na atividade do SBN –, verificando-se até um reforço na atividade sindical, no sentido de tornar possível uma ainda maior aproximação do Sindicato e de toda a estrutura sindical aos associados.

Igualmente – e no âmbito do SAMS – o Orçamento aumenta dotações para alargamento do quadro clínico interno em algumas especialidades e reforça ações em medicina preventiva, ao mesmo tempo que procura um maior controlo na faturação hospitalar e na assistência medicamentosa, campos onde é pretendida a implementação de

medidas de maior rigor e critério, sendo procurado assim atingir uma maior estabilidade financeira do SAMS.

Lembre-se ainda – e foi motivo de informação detalhada – a dívida do Estado ao SAMS, que ronda os 47 milhões de euros e que, na falta de acordo para o pagamento, originou um processo judicial por parte do SBN. O não pagamento dificulta o dia-a-dia do funcionamento do SAMS, sem, contudo, atingir a qualidade do serviço prestado aos beneficiários.

## Rentabilizar património

Ainda no Orçamento, são de salientar as verbas destinadas aos cuidados a ter para com os ativos patrimoniais do SBN, procurando corrigir algumas debilidades existentes e, simultaneamente, rentabilizar o património, aprovando um plano de investimento exequível e cuidadoso para a melhoria das condições atuais.

Depois de analisado e discutido e de recebida informação detalhada por parte do responsável financeiro do Sindicato dos Bancários do Norte, Pedro Vaz, o documento foi votado pelos conselheiros presentes, tendo sido aprovado por larga maioria, com um voto contra e uma abstenção. O Programa de Ação foi aprovado com duas abstenções. ■







TEXTOS: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

## Comissão Sindical de Delegação de Braga

# Uma gestão colegial, unida e eficaz

As questões dos associados merecem uma análise conjunta, bem como a gestão de todas as matérias relacionadas com a vida da estrutura

**S**erafim Silva (coordenador), Cândido Pinto e Carlos Rebelo (efetivos), além de Gaspar Lira e José Faria (suplentes), são os membros da Comissão Sindical de Delegação de Braga.

Em entrevista à Revista Febase sublinharam as virtualidades de uma gestão colegial, em que todas as questões com que os associados os confrontam merecem uma análise conjunta, o mesmo acontecendo com a própria gestão de todas as matérias relacionadas com a vida daquela estrutura: "Embora à partida possam existir pontos de vista divergentes, conseguimos consensos que possibilitam uma gestão unida e eficaz, o que tem dado os bons frutos à vista de todos".

**P – No que diz respeito à área sindical, que balanço fazem do ano que agora terminou?**

**R –** O ano findo foi extremamente difícil para os bancários, com muitos problemas. Por isso decidimos logo de início que reforçaríamos, até ao limite das nossas forças, o acompanhamento aos associados, a quem dedicámos toda a nossa atenção e atividade. A nossa presença fez-se sentir muito intensamente, em particular nos casos do BPN, do Banif, do Barclays e do BCP – este ainda em maior escala, dado ser o que detém um maior número de balcões no distrito e em que a conflitualidade se fez sentir de forma mais aguda.

**P – Como desenvolveram essa atividade de apoio?**

**R –** De uma forma muito personalizada, quer nos balcões quer na delegação – neste caso, quando os colegas pretendiam ter uma conversa mais reservada. Mas, além da nossa presença, recorriam frequentemente ao apoio do Contencioso do SBN ou a opiniões dos colegas do Pelouro da Contratação Coletiva

do sindicato. E quando as situações eram mais gravosas, tínhamos a preocupação de os acompanhar pessoalmente ao Contencioso. É certo que tudo isso foi extremamente trabalhoso, mas também muito gratificante, porque sentíamos que os colegas saíam informados e com a possibilidade de formar em consciência a decisão que melhor se adequasse ao seu caso.

Depois, lá mais para o final do ano, foi o BCP que começou a pressionar muitos trabalhadores, indo ao ponto de lhes retirar subsídios que eram considerados permanentes e coagindo-os de tal forma que lhes retirava a paz e o sossego necessários ao desempenho das funções. Também nesses casos tivemos de acompanhar muitos colegas ao Contencioso. Por fim, surgiu o caso do BBVA, ao fechar um balcão, o que não deixou de suscitar o nosso apoio aos trabalhadores afetados, até porque o que nos interessa é a defesa da classe bancária em geral, que queremos ver unida e não dividida, em prol dos princípios e dos valores do movimento sindical.

### Encerramento de balcões

**P – Em que medida a questão do BES se repercutiu na vossa atividade?**

**R –** Foi a partir do princípio de agosto que o problema se levantou. Também nesse caso fizemos um acompanhamento exaustivo dos colegas nos balcões, o que chegou, em algumas circunstâncias, a dar-lhes apoio em situações em que eram insultados por clientes e de que resultava uma absoluta carência de apoio moral. Ninguém pode imaginar algumas situações por que esses colegas passaram. É indescritível. Felizmente que essas situações já estão desanuviadas, mas continuamos atentos às dificuldades dos colegas e das instituições.

**P – Tem havido mais encerramentos de balcões?**

**R –** Sim, fecharam balcões do BPI e, mais recentemente, do Santander, mas a recolocação dos trabalhadores tem sido pacífica e a contento de cada um, sem que, contudo, tenhamos deixado de estar atentos e de acompanhar as



situações. Mas também encerraram alguns do Banif, do BCP e o do BBVA. Claro que tudo isto se traduz numa redução da atividade bancária na área da delegação, ainda que não tenha havido redução do número de associados no SBN.

**P – O que mais vos preocupa este ano?**

**R –** O agudizar da situação na banca, na sequência dos problemas de 2014. Por exemplo: o processo do BCP está em curso e não sabemos ainda qual será nem a sua dimensão nem as respetivas repercussões, ainda que tenhamos que não esteja a seguir pelos melhores caminhos, até porque a coação que continua a ser feita sobre os trabalhadores pode levá-los a tomar decisões pouco ponderadas; estamos expectantes, as situações já se encontram identificadas e relatadas ao Contencioso. Mas também estamos atentos ao desenrolar dos acontecimentos no Novo Banco. Isto só para citar dois exemplos, porque rezeamos que 2015 não venha a ser melhor do que o ano anterior. Mas não antecipemos situações. Apenas queremos dar uma garantia aos colegas: podem contar connosco no acompanhamento muito firme dos problemas com que possam vir a ser confrontados.





Da esquerda para a direita: Carlos Rebelo, Serafim Silva (coordenador) e Cândido Pinto, da Comissão Sindical de Braga, acompanhados por José António Gonçalves, responsável pelo pelouro da Estrutura Sindical e Sindicalização do SBN

Bancários Norte



## Encontro de reformados

**P – Mudando de assunto: a Delegação fez uma festa de Natal que superou as anteriores...**

R – Foi mesmo. Esta festa, destinada aos filhos dos associados, tem vindo em crescendo e em 2014 teve a bonita presença de 247 crianças, sendo que a sala do cinema Braga Shopping – a maior da cidade – registou a presença de 430 pessoas. Todas as crianças receberam uma prenda e no final realizou-se um lanche para crianças e adultos, que contou com 470 presenças. Ora, isto também é fazer sindicalismo, juntando bancários e familiares em harmonia em torno do SBN, situação que foi referenciada pela positiva por todos os presentes. Temos de confessar algum orgulho por esta organização, toda ela feita de forma dedicada e empenhada pelos colegas que compõem a delegação.

**P – No domínio do lazer, quais as vossas principais realizações?**

R – Lamentamos que este ano não tenha sido possível fazer um encontro de reformados, mas está na hora de se organizar um convívio alargado, até porque são importantes para o SBN e porque nos merecem todo o respeito e carinho. Está

na hora! Por outro lado, em parceria com as delegações de Valença e de Viana do Castelo, vamos continuar a fazer dois passeios – um maior e outro mais pequeno –, abertos a todos os associados e familiares; estamos neste momento a estudar os respetivos destinos. Também continuaremos a dar a nossa atenção ao Grupo de Cavaquinhos da Delegação, que já existe há mais de 20 anos e está aberto a todos quantos nele queiram integrar-se; o grupo tem colaborado e animado alguns eventos do SBN.

**P – E quanto ao desporto...**

R – Nesse campo continuaremos a apoiar todas as iniciativas de âmbito nacional que se realizem nesta área sindical.

**P – A vossa Delegação tem instalações que permitam ser frequentadas pelos associados?**

R – Tem, pois. Por exemplo, recebe a presença de reformados que aqui vêm passar algumas horas de convívio, além de tratarem de assuntos sindicais e de saúde. Aliás, dispomos de um espaço amplo para sócios e familiares, onde podem praticar alguns dos chamados desportos de salão – como jogos de cartas –, além de disporem de acesso livre à Internet.

## Posto clínico mais visitado

**P – Deixámos para último um dos temas mais importantes: o do posto clínico. Qual o balanço?**

R – Podemos afirmar categoricamente que existe com a pujança que se impõe numa área tão crítica para os bancários como esta. Nasceu numa altura em que os bancários eram uma classe muito deficitária nesta matéria e agora está demonstrado à evidência que lhes é cada vez mais querido e mais visitado. Honra seja feita aos seus colaboradores e ao seu corpo clínico, que são de uma dedicação e de uma generosidade difíceis de encontrar no sistema de saúde.

**P – Serafim Silva travou uma luta empenhada pela manutenção do posto...**

R – É verdade. E demonstrei de forma cabal que não poderia fechar. Anualmente efetua, entre atos de estomatologia e consultas de cardiologia, ginecologia, medicina geral e familiar, ortopedia, pediatria, psiquiatria e enfermagem, 7.500 atos clínicos. Há, portanto, uma clara sustentabilidade e consolidação do posto. Por exemplo: em estomatologia, com quatro clínicos e prestação de serviços de manhã e à tarde, a taxa de ocupação varia entre os 97% e os 103%; em clínica geral é de 90% e em todas as outras é de 70% – número considerado razoável em medicina.

Por seu turno, a enfermagem presta todo o tipo de serviços, desde injeções a tratamentos e a medição da tensão arterial e aos níveis da glicose, entre tantos outros, com uma ocupação enorme. Toda esta força e vontade devem-se à força e ao carinho que recebi dos bancários da área da Delegação, que continuam a considerar o posto um bem que não podem perder. E, como complemento destes serviços e das especialidades não existentes, Braga e os concelhos limítrofes primam por um conjunto de protocolos que vão ao encontro das necessidades dos bancários e seus familiares. ■



TEXTO: PEDRO GABRIEL

## UNIMED

# Alargar a área de intervenção

Na última reunião esteve em debate a situação do setor financeiro na área do Mediterrâneo e foram lançadas as bases para estender o fórum a mais países

A reunião anual da UNIMED, órgão da UNI que faz a ponte entre os países do Sul da Europa e do Norte de África, teve lugar em novembro, na cidade turca de Istambul.

Trata-se de um fórum de debate, informal e não vinculativo, que tem como objetivo encontrar estratégias comuns de defesa dos direitos dos trabalhadores dos países do Sul da Europa e do Norte de África.

Este encontro procurou afirmar a região sul da Europa no seio da UNI Europa e transportá-la para a UNI global. A importância e sucesso destes fóruns ficou evidenciada no recente Congresso Mundial da UNI na África do Sul, onde as propostas apresentadas pela UNI Europa foram claramente influenciadas pelas decisões tomadas pela UNIMED como, por exemplo, o



Rui Riso é o atual presidente da UNIMED

desenvolvimento de uma ação comum para construir um pacto social que promova um setor financeiro sustentável e uma economia real próspera.

### Fortalecer o movimento sindical

Rui Riso, atual presidente da UNIMED, definiu claramente o seu objetivo até ao final do mandato: "Conseguir trazer para a UNIMED outros países mediterrânicos que estão fora, nomeadamente a Croácia e os países da região da ex-Jugoslávia".

É intenção do presidente do SBSI que a próxima reunião da UNIMED seja feita num desses países, ou entre

o sul da Europa e o Norte de África. "Seria interessante fazer o encontro na Croácia ou na Bósnia-Herzegovina, por exemplo, porque são zonas onde as organizações sindicais têm pouca visibilidade. Uma realização desta natureza seria também importante para fazer ver à sociedade qual a importância do movimento sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores", explica.

O documento com as recomendações à UNI Europa aprovado na reunião de Istambul perspetiva precisamente que a área de influência da UNIMED atinja outros países.

### Várias dificuldades

No entanto, Rui Riso alerta para as dificuldades de chegar a outros estados, como a Roménia ou a Croácia. "As organizações sindicais destes países ainda não têm a substância de outras. A nossa estrutura está devidamente organizada, é reconhecida pela sociedade e pelo poder e consegue ir à mesa de negociações com as entidades patronais. Estes países começam agora a dar os primeiros passos no sindicalismo democrático e ainda não estão suficientemente consolidados", concluiu. ■

# Peca sempre faturas com número de contribuinte



O Conselho de Gerência do SAMS alerta para a necessidade de incluir o número de contribuinte nas faturas, para efeitos de IRS

Conforme comunicação da Autoridade Tributária e Aduaneira, a partir de 1 de janeiro de 2015, com a aprovação da reforma do IRS, apenas as faturas que incluam número de contribuinte serão consideradas no IRS.

Assim, só poderão ser incluídas na declaração anual a emitir pelo SAMS, relativamente a 2015 e anos seguintes, as despesas comparticipadas pelo SAMS que contenham o NIF do beneficiário a que respeitam.

No seu próprio interesse, apresente, para comparticipação, faturas com o número de contribuinte.

As faturas a emitir por serviços prestados pelo SAMS-SBSI terão de conter igualmente a indicação do NIF, sendo fundamental disponibilizar esse dado, referente ao titular e a todos os elementos do agregado.

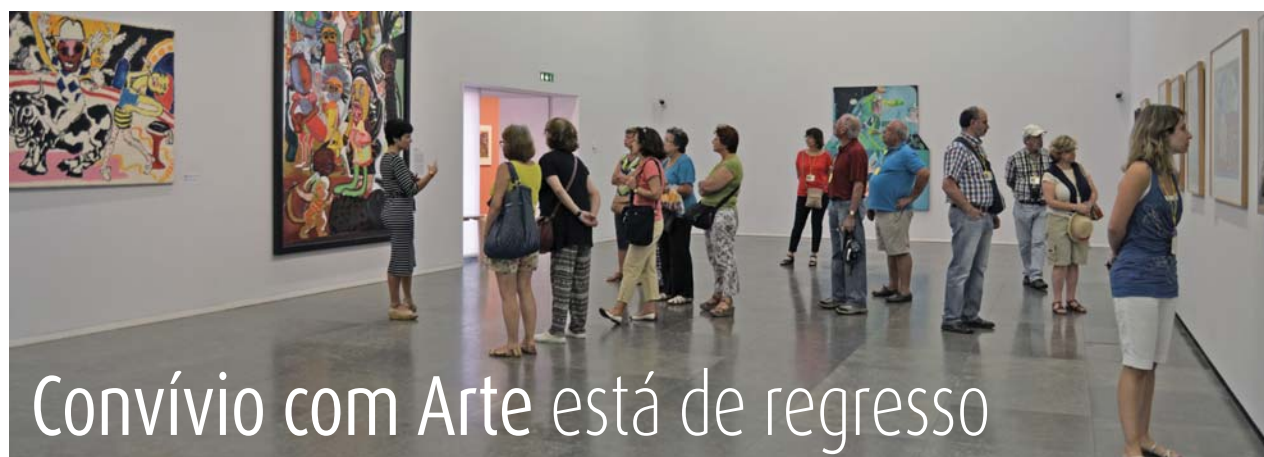
Poderá facilmente verificar/atualizar ou inserir o n.º de contribuinte, acedendo à área reservada do portal do SBSI em Ligue-se@nós - Os meus Dados - Alteração de Dados Pessoais.

No mesmo local e de idêntica forma, poderá inserir/atualizar outros dados, como os contactos de telefone e correio eletrónico, de particular relevância designadamente para o envio de Declarações de IRS. ■





TEXTO: INÊS F. NETO



## Convívio com Arte está de regresso

A iniciativa cultural continua e o programa para todo o ano está já disponível. O primeiro evento foi uma visita orientada ao Museu de Arte Moderna, em Lisboa

Depois do enorme sucesso registado o ano passado, com praticamente todas as visitas esgotadas e sócios em lista de espera, o Pelouro dos Tempos Livres do SBSI decidiu dar continuidade à iniciativa cultural e planear mais 12 meses de "Convívio com Arte".

O programa e respetivo calendário está já disponível, de forma a que seja possível aos interessados organizar atempadamente as visitas e efetuar as respetivas inscrições.

"Convívio com Arte" nasceu com o objetivo de proporcionar uma oportunidade de conhecer alguns dos tesouros artísticos nacionais, em visitas orientadas por especialistas promovidas pelo SBSI, proporcionando, simultaneamente, uma ocasião de os participantes conviverem sob o excelente pretexto de uma atividade cultural – e em vez da solidão de uma visita individual poderem trocar impressões entre si.



A visita à fragata, em Cacilhas



A paisagem nórdica, no Museu de Arte Antiga

A primeira visita decorreu em janeiro e teve como destino o Museu de Arte Moderna, ao Chiado, em Lisboa.

Albergando o mais importante acervo no que diz respeito à arte moderna e contemporânea pertencente ao Estado, o Museu do Chiado merece sempre uma visita para (re)visitar a produção artística em Portugal entre 1850 e a atualidade.

Um grupo atento e entusiasta ouviu atentamente as explicações, enquanto apreciava as cerca de 100 obras expostas, datadas entre 1850 e 1975, dispostas por cronologias e principais tendências artísticas de cada período.

### Todos os meses

As visitas orientadas são mensais e realizam-se no último sábado de cada mês. As inscrições podem ser feitas logo no início do ano para qualquer das visitas programadas, sendo o prazo limite para cada uma os 15 dias anteriores à data de realização.

As visitas estão abertas aos sócios do Sindicato, que podem fazer-se acompanhar por familiares e amigos. Cada passeio exige um mínimo de 20 participantes, sendo o limite máximo as 30 pessoas.

As despesas de inscrição e outros eventuais custos relacionados com cada evento são divulgadas com o programa específico de cada visita, oportunamente disponível no sítio do SBSI ([www.sbsi.pt](http://www.sbsi.pt)), onde também se encontra a respetiva ficha de inscrição.

Os muitos associados do Sindicato que acompanharam os passeios de 2014 sabem que vale a pena. Para quem não participou nas visitas do ano passado, a oportunidade está aí. ■

## Plano anual

<b>Fevereiro</b>	Palácio de São Bento: "Um património com história", em Lisboa;
<b>Março</b>	Museu da Marinha, em Lisboa;
<b>Abril</b>	Museu Gulbenkian e Jardins, em Lisboa;
<b>Maio</b>	Jardim Botânico (Ajuda), em Lisboa;
<b>Junho</b>	Eça de Queirós em Lisboa;
<b>Julho</b>	Monserate, em Sintra;
<b>Agosto</b>	Roteiro Cassiano Branco (Arquiteto), em Lisboa;
<b>Setembro</b>	A Mata dos Medos em poesia - Metáfora, na Costa de Caparica;
<b>Outubro</b>	A Torre de Belém, em Lisboa;
<b>Novembro</b>	Percurso cafés e tertúlias, em Lisboa;
<b>Dezembro</b>	Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.







TEXTO: PEDRO GABRIEL



### Futsal Agriteam campeã

O golo da vitória chegou a cinco minutos do final da partida e garantiu o troféu para a equipa açoriana

O futsal é uma modalidade imprevisível, onde o rumo dos acontecimentos pode mudar em segundos. A final do Sul e Ilhas do 15.º Torneio Interbancário de Futsal Veteranos, que

opôs a Team Foot Activobank (Millennium bcp, Lisboa) à Agriteam (Ponta Delgada, Açores), realizou-se a 18 de janeiro, em Vendas de Azeitão.

Com muita experiência, os dois conjuntos procuraram desde cedo explorar eventuais falhas de marcação que permitissem desfazer o nulo. Apesar de um punhado de boas tentativas, a verdade é que chegou-se ao intervalo com o marcador em branco. Na etapa complementar, o registo manteve-se,

quer na busca pelo golo, quer no número de infrações. Ambas as equipas tiveram o cuidado de não alcançarem a quinta falta em cada parte. Prova disso é que esta final apenas teve um cartão amarelo, mostrado a Pedro Mendes, guardião da Team Foot, aos 5' da 2.ª parte.

#### Golo "quase" de ouro

À medida que o jogo se aproximava do fim, começava a adivinhar-se o prolongamento, onde a questão física teria um peso grande no rendimento das equipas.

No entanto, Gualter Rodrigues contrariou este pensamento, ao finalizar da melhor maneira em cima do minuto 15. O n.º 4 açoriano colocava a Agriteam em vantagem e obrigava a Team Foot a correr atrás do prejuízo. Cinco minutos frenéticos estavam destinados às duas equipas.

Apesar do forcing final, a Team Foot Activobank não conseguiu chegar à igualdade e quando o apito final chegou, a festa foi açoriana.

A final-four da competição realiza-se de 6 a 8 de fevereiro, em Beja. ■



### Pesca de Alto Mar

## Finalistas conhecidos

São nove os já apurados para a final do Sul e Ilhas, que terá lugar a 28 de março, em Sesimbra

No dia 17 de janeiro, 14 concorrentes dividiram-se pelos barcos "Roaz" e "Behur" na tentativa de garantirem o passaporte para a prova decisiva do 38.º Campeonato de Pesca de Alto Mar.

Na 1.ª eliminatória, Luís Ferreira (GDST) foi o mais forte, com 1.305 pontos, seguido de João Canaverde (Millennium bcp), com 1.100, e Camilo Santos (MG), com 1.090 pontos.

Já na 2.ª eliminatória, Bruno Ferreira (SSRS) não deu hipóteses à concorrência, alcançando 1.540 pontos. Carlos Antunes (Unicre) e Luís Patas (SSRS) completaram o pódio, com 970 e 880 pontos, respetivamente.

Na geral, Bruno Ferreira terminou no primeiro posto e vai marcar presença na final, juntamente com Carlos Antunes, Luís Ferreira, Camilo Santos, João Canaverde, João Nunes (GDST) e Luís Patas. A estes juntam-se Mário Moniz (BPI, Ponta Delgada) e Rui Costa (CEM, Angra). O representante da Madeira será entretanto apurado.

De referir ainda que o GDST terminou em primeiro na classificação por equipas, com um total de 18 pontos. ■

### King

## António Ramos lidera

Uma das modalidades mais concorridas do SBSI está de volta para uma nova edição. No final das duas primeiras jornadas, o equilíbrio é a nota dominante



O apuramento de Lisboa do 9.º Campeonato Interbancário de King já conheceu duas rondas, nos dias 3 e 17 de janeiro, ambas realizadas na sede do Sindicato.

Na primeira, destaque para o triunfo de António Rafael (Santander Totta), que chegou ao fim com 21 pontos, apenas mais um que Abel Louro (Millennium bcp). João Grilo (AAEB-NU) foi terceiro, com 19 pontos.

Na 2.ª jornada, António Ramos (Millennium bcp) foi o concorrente mais forte, ao terminar com 22 pontos. Caetano Moço (Unicre) foi segundo classificado, com 20, ao passo que António Vieira (BES) completou o pódio, com 18 pontos.

Na classificação geral, António Ramos lidera com 37 pontos, mais 3 que António Rafael. Seguem-se quatro concorrentes com 33 pontos. São eles Caetano Moço, Pinto Pedro, Américo Pereira (Millennium bcp) e António Vieira. ■



## CCT Seguros publicado no BTE



As cláusulas alteradas no âmbito da negociação do Contrato Coletivo de Trabalho estão já em vigor

Com a publicação no BTE n.º 45 de 8/12/2014, estão já em vigor as seguintes cláusulas, resultantes da última negociação:

Subsídio diário de refeição (cláus. 35.ª): 9,75€;

Prémio de permanência (cláus. 41.ª): a atribuir aos trabalhadores admitidos na empresa nos anos terminados em 0 e 5 e com idade compreendida até aos 50 anos.

A partir desta idade o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição todos os anos e que poderão ser substituídos pelo pagamento de um prémio correspondente ao número de dias de licença.



Plano Individual de Reforma – PIR (cláus. 58.ª A e anexo V): a contribuição do empregador relativa ao ano de 2014 será de 3,75% para os trabalhadores admitidos depois de 22 de ju-

nho de 1995 e até 31 de dezembro de 2012. Os trabalhadores admitidos antes de 22 de junho de 1995 terão direito a uma contribuição do empregador de 1,25%. ■

### Universidade Sénior Pedro Santarém

## Aulas de informática já começaram



A satisfação dos formandos com a nova disciplina é bem visível

Já tiveram início as aulas de informática na Universidade Sénior Pedro Santarém.

Com a preciosa ajuda de José Almeida foi possível dar início ao curso de Informática, que tanta procura tem tido por parte dos alunos inscritos.

As aulas estão a decorrer às segundas-feiras, das 14h30 às 16h30, nas instalações da Universidade.

Até ao momento os alunos têm demonstrado muita satisfação pela abertura das aulas e pela forma como têm decorrido.

Recorde-se que além desta disciplina estão igualmente a funcionar as aulas de Oficinas de Lazer, Desenvolvimento Pessoal, Meditação – Saúde e Bem-estar e Redes Sociais.

Já sabe onde estamos, é só vir ter connosco. ■







TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**

## Missão para 2015



## STAS reforça proximidade aos sócios

O Sindicato está a desenvolver uma série de deslocações a empresas para contactar os associados e prestar informações sobre o CCT e outros temas de âmbito sindical

O Sindicato inicia 2015 com deslocações às empresas, uma iniciativa que pretende não só reforçar os laços com os associados, mas também promover o esclarecimento de questões, dúvidas, e informações sobre o contrato coletivo de trabalho, nomeadamente as alterações acordadas, que entraram em vigor este ano, e sobre outros assuntos relacionados com a atividade sindical para os nossos associados.

O reforço da importância dos serviços que o Sindicato pode prestar aos seus associados e que, por vezes, são ainda desconhecidos, é outro dos objetivos do STAS nestes encontros.

Além do acesso a uma equipa especializada em Direito do Trabalho e aconselhamento jurídico pessoal extralaboral, os associados também usufruem de apoio fiscal; protocolos com universidades; protocolos com entidades na área da saúde, turismo e lazer, bem-estar, estética, oficinas, entre outras.



Campos de férias para os filhos; eventos desportivos, lúdicos e de lazer; torneios desportivos; concursos fotográficos; passeios de exploração da natureza são outras iniciativas de que os sócios podem beneficiar.

Na área da saúde, o STAS também negociou para os seus associados condições especiais de acesso ao SAMS – Serviço de Assistência Médico-Social dos Sindicatos dos Bancários da Feba-

se. Uma Bolsa de Emprego permanente e acesso à Universidade Sénior Pedro Santarém são outros serviços que o Sindicato disponibiliza aos sócios.

São variadas as razões para se juntar a nós. São múltiplas as razões para ser sindicalizado. Simplesmente porque faz sentido.

"Todos juntos somos mais fortes, somos flecha e somos arco...", lembra Chico Buarque. ■







## Informação com nova imagem

O Elo Informativo apresenta-se visualmente mais atraente e mais humanizado

O STAS apresenta-se aos sócios com uma nova imagem. "Ano Novo, vida nova" e por que não um novo Elo?

Está na altura de renovar a imagem com que nos apresentamos aos nossos associados. Uma imagem mais "humanizada"

da mensagem que queremos passar, onde se incluiu o fator "pessoas", afinal a razão de existirmos. Uma imagem mais vinculada e visualmente mais atraente, porque a imagem também conta. Aqui fica o primeiro número com o novo design.



## Combater e Prevenir a Insegurança dos Trabalhadores

Caras e caros Colegas,

No STAS a importância de ser sindicalizado, encontra-se indelevelmente espelhada de modo expressivo nos números de atendimentos, e respetivas consequências, tratados pelos Serviços Jurídicos ao longo de 2014.

Para quem, ainda, pensa que os problemas/conflitos emergentes da relação laboral só acontecem aos outros e que não precisa de apoio jurídico gratuito e especializado, aqui ficam alguns dados objetivos relativos ao movimento anual operado nesta matéria nevrálgica, tanto mais significativos quanto é certo que o número global de trabalhadores na atividade seguradora e afins tem-se vindo a reduzir:

### 2235 Atendimentos/consultas (o maior número de sempre)

Estes atendimentos e consultas respeitam, de entre outros, a:

- Procedimentos disciplinares com intenção de despedimento;
- Processos de despedimento coletivo e/ou extinção do posto de trabalho;
- Processos de despedimento por inadaptação;
- Acordos de Rescisão por Mútuo Acordo;
- Acordos de Pré-reforma, passagem à reforma por velhice e invalidez;
- Transferências de local de trabalho;
- Alteração de funções, entre muitos outros.

Fica, assim, bem expressa a importância de estar sindicalizada(o) no STAS e de os trabalhadores estarem, preventivamente, informados sobre os seus direitos e regalias contratuais, através de advogados especializados no foro laboral e no âmbito específico do setor segurador, como é o caso inequívoco e exemplar dos Serviços Jurídicos do STAS.

E não se esqueça, se ainda não é sindicalizada(o), que o CCT da Atividade Seguradora, e os CCT para o setor da mediação/corretagem, subscritos pelo STAS, podem a qualquer momento não ser aplicáveis na sua esfera jurídica e, inclusive, não possui legitimidade jurídica para a sua invocação e aplicação em caso de conflito com a sua entidade patronal (princípio da filiação sindical), aplicando-se, em tais situações, apenas a lei geral do trabalho, a qual é extremamente restritiva no cotejo com os sobreditos CCT.

PREVINA-SE SINDICALIZANDO-SE.

NO STAS TERÁ O APOIO E INFORMAÇÃO QUE NECESSITA.

A Direção

Telefone: **211 383 593**





### Formação

## Jovens prontos para entrar no mercado de trabalho

O SISEP continua a sua aposta na formação. Após a frequência do curso e de três estágios em contexto de trabalho, os novos técnicos comerciais bancários estão aptos a enfrentar a realidade laboral

Uma turma de cerca de duas dezenas de jovens terminou recentemente a sua formação profissional.

Após quase três anos de curso, a frequência de três estágios curriculares no setor bancário e de diversos contactos com a atividade empresarial, os formandos do Curso de Técnico Comercial Bancário promovido pelo SISEP encontram-se prestes a entrar no mercado de trabalho.

Estes jovens possuem agora um diploma técnico nível IV, reconhecido a nível europeu, que lhes garante as competências adequadas ao contexto atual.

Na formação destes jovens, o SISEP contou com a colaboração, em prática de contexto de trabalho (estágio), de entidades como o Deutsche Bank, Caixa



Os jovens têm a possibilidade de completar a sua formação em contexto de trabalho

de Crédito Agrícola, Barclays, Oney e Volkswagen Bank, entre outros.

### Longa experiência

O SISEP é uma entidade formadora com uma experiência de 25 anos na formação profissional.

Com sede em Lisboa, o Departamento de Formação do SISEP estende-se por todo o País, desde Porto, Amarante, Lisboa, Almada, Cascais, Beja, Faro e Portimão, desenvolvendo formação de mediação de seguros (reconhecida pelo Instituto de Seguros de Portugal), formação modular certificada, vida ativa, formação intraempresas/personalizada e sistema aprendizagem.

Nesta última tipologia, o SISEP tem presentemente a decorrer 29 cursos de norte a sul do País, resultado do protocolo celebrado com o IEFP, preparando mais de 400 jovens até aos 25 anos para a inserção no mercado de trabalho com o 12.º ano e nível 4 de qualificação profissional.

O Sindicato é certificado pela DGERT em oito áreas, nomeadamente: Comércio, Marketing e publicidade, Finanças, banca e seguros, Contabilidade e fisca-

lidade, Gestão e administração, Secretariado e trabalho administrativo, Enquadramento na organização/empresa e Ciências informáticas.

### Parceiros

O SISEP tem como missão colocar ao serviço do País os seus conhecimentos e experiência, com vista a contribuir para o desenvolvimento da sociedade, através da elevação dos níveis de qualificação da população portuguesa e, consequentemente, do aumento de competências de cidadania, dentro do respeito pelos direitos de igualdade de género, igualdade de oportunidades e inclusão social, acautelando a utilização racional do financiamento público e privado.

Apoiado numa equipa pedagógica experiente, o SISEP aliou-se ainda a diversas empresas para a concretização da formação em posto de trabalho. Salientam-se, entre muitos outros, o Deutsche Bank, CA, Crédito Agrícola, o Barclays Bank, Oney e a Volkswagen Bank, Tranquilidade, MAPFRE Seguros, AXA, Allianz, FNAC, El Corte Inglés, PC Clinic, Portugal Telecom e INEM. ■



O grupo de recém-formados





Unidos na defesa  
de **80.000 trabalhadores**  
do setor financeiro







TEXTOS: SEQUEIRA MENDES

## SBC comemora 80 anos

O aniversário será assinalado com um jantar aberto a todos os associados

O Sindicato dos Bancários do Centro vai comemorar no dia 25 de fevereiro o seu 80.º aniversário. Com um lugar de grande destaque na história do sindicalismo democrático em Portugal, com uma vida cheia de momentos de partilha, de memórias e afetos e, sobretudo, de grandes lutas que pautaram a história de quantos passaram por esta casa, na defesa intransigente dos valores coletivos, da igualdade, liberdade e solidariedade, a Direção não quis deixar passar esta efeméride sem lhe conferir a solenidade e a honra que tal data merece.



Pode dizer-se que o SBC está já na idade adulta, pois 80 anos não se fazem todos os dias, sendo que a sua comemoração tem que resultar num acontecimento importante que fique na memória e faça, ela também, parte da história do Sindicato.

A sessão comemorativa terá lugar no Hotel D.ª Inês e constará de um jantar

aberto a todos os associados e familiares que nele queiram participar e contará com a presença de muitos convidados, nomeadamente do SBN, do SBSI, de sindicatos da área da UGT de Coimbra, do Cefosap e do Presidente da Câmara de Coimbra, Manuel Machado, entre outras entidades. ■

## Trabalhadores do Sindicato celebram Natal

Palhaços e presentes animaram as crianças, enquanto os adultos festejaram a quadra à mesa, em ameno convívio



Mais uma vez a Quinta dos Patinhos, em Carapinheira, Montemor-o-Velho, em plena rota do Mondego, cujos principais protagonistas são e serão sempre o seu rio e o seu



castelo, foi o local escolhido pelos trabalhadores do SBC para realizarem a sua tradicional festa de Natal.

Cerca de 150 pessoas, entre colaboradores e familiares, marcaram presença nesta simpática casa que muito preza os seus frequentadores, presenteando-os com o serviço de cozinha tradicional e regional, bem assim como a simpatia e eficiência no serviço.

Por volta do meio-dia começam a chegar os convivas e a pequenada foi logo ali recebida com uma lembrança e com os palhaços a provocarem as suas delícias. Aos adultos esperava-os uma mesa repleta de iguarias que haveriam de partilhar até final do dia. O repasto que esta casa proporcionou ajudou a selar a amizade e a solidari-



idade que reina nestes dias festivos, onde as crianças, sempre elas, cativam com a sua alegria e espontaneidade e com o frenesim da descoberta da prenda que lhes vai calhar.

A maioria dos membros dos Corpos Gerentes do SBC estiveram presentes nesta jornada, que constituiu uma excelente oportunidade para agradecer aos seus colaboradores pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano, bem como às suas famílias, pelo apoio que estas lhes dão.

Ao final do dia, depois de uma tarde bem passada e bem animada musicalmente, foram servidas as despedidas, qual "carregar de baterias" que haveria de levar a todos de regresso a casa. ■



## CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS 2015

O exercício físico constitui, hoje em dia, um componente dum moderno estilo de vida a que se associam benefícios vitais para a saúde, educação, recreação e bem-estar do Homem. Ciente da sua identidade e dos compromissos que tem para com os seus associados, o Sindicato dos Bancários do Centro, através do seu Departamento de Tempos Livres, leva a efeito as seguintes atividades desportivas, na expectativa de que elas correspondam aos desejos dos seus sócios:

### XXXII - TÊNIS DE CAMPO



25,00 €

Inscrições  
até  
20/03/2015

Prova de apuramento: data e local a indicar  
Final Nacional: 15 a 17 de maio de 2015  
Castelo Branco - SBSI

### X - SNOOKER



15,00 €

Inscrições  
até  
26/06/2014

Prova de apuramento: 12 de setembro de 2015  
Cantanhede - SBC  
Final Nacional: 9 a 11 de outubro de 2015  
Cantanhede - SBC

### VIII - KING



15,00 €

Inscrições  
até  
26/06/2015

1ª Prova: 5 de setembro de 2015 - Coimbra - SBC  
2ª Prova: 3 de outubro de 2015 - Coimbra - SBC  
Final Nacional: 23 a 25 de outubro de 2015 - Coimbra - SBC

### XXXVI - PESCA DE MAR



Individual  
7,00 €  
Coletiva  
20,00 €

Inscrições até 13/03/2015

1.ª Prova: 21 de março de 2015 - Fig. Foz - SBC  
2.ª Prova: 18 de abril de 2015 - Nazaré  
3.ª Prova: 9 de maio de 2015 - Peniche  
SBC (Final Regional)  
Final Nacional: 3 de outubro de 2015 - Peniche - SBSI

### XXIV - XADREZ



20,00 €

Inscrições  
até  
26/06/2015

Prova de apuramento: data e local a indicar  
Final Nacional: 23 a 25 de outubro de 2015  
Coimbra - SBC

### X - BOWLING



25,00 €

Inscrições  
até  
26/06/2015

Prova de apuramento: 12 de setembro de 2015  
Cantanhede - SBC  
Final Nacional: 6 a 8 de novembro de 2015  
Cantanhede - SBC

### XIV PESCA ALTO MAR



50,00 €

Final Regional  
(data e local a  
designar)

Inscrições até 29/05/2015

(apuramento para a Final Nacional de 2016)

Final Nacional: 30 de maio de 2015 - Peniche - SBN

### XXXVIII - TNIFS



125,00 €

Inscrições  
até  
13/02/2015

Provas de apuramento: 11 e 18 de abril 2015 - SBC  
Final Nacional: 5 a 7 junho de 2015 - Póvoa Varzim - SBN

### IX - TIRO



25,00 €

Inscrições  
até  
20/02/2015

Final Nacional: 20 de junho de 2015 - Évora - SBSI

### VIII - SURF CASTING



Individual  
7,00 €  
Coletiva  
20,00 €

Inscrições até 30/01/2015

1.ª Prova: 21 de fevereiro de 2015  
Figueira da Foz - SBC  
2.ª Prova: 7 de março de 2015  
S. Martinho do Porto (Final Regional) - SBC  
Final Nacional: 19 de setembro de 2015  
Espinho - SBN

### XXXVII - PESCA RIO



Individual  
7,00 €  
Coletiva  
20,00 €

Inscrições até 27/03/2015

Nota: Por motivos de ordem técnica não é possível dar conhecimento já das datas das nossas provas.

Final Nacional: 26 de setembro de 2015  
Montemor-o-Velho - SBC

### XVII - KARTING



40,00 €

Inscrições  
até  
30/01/2015

Prova de apuramento: data a indicar  
Vila Nova de Paiva - SBC  
Final Nacional: 17 de outubro de 2015  
Vila Nova de Paiva - SBC

As datas e locais de algumas provas regionais e nacionais poderão ser alteradas. Caso isso se verifique, daremos conhecimento, atempadamente, aos interessados. As provas regionais só se realizam se tiverem no mínimo 5 participantes. Caso não se realizem, o SBC não participará na Final Nacional da respetiva modalidade. Se estiver interessado em participar em qualquer uma das atividades desportivas acima referidas contacte o Departamento de Tempos Livres - Setor de Apoio aos Corpos Gerentes e Serviços, através do telef. 239 854 880 ou do email [desporto@sibace.pt](mailto:desporto@sibace.pt)



# A PERDA DE AUDIÇÃO JÁ NÃO É UMA NOVELA.

Procure a ajuda do seu audiologista WIDEX e ouça o que a vida tem de melhor.

## 3 VANTAGENS ÚNICAS PARA O BENEFICIÁRIO SAMS:

1. Os melhores especialistas do país em reabilitação auditiva.

Aparelhos auditivos de alta definição WIDEX, com condições especiais.

2. Serviço com Certificação de Qualidade ISO 9001/2008\*

Audiologistas licenciados e um serviço pós-venda único em 24 horas garantem que retirará o máximo proveito do seu aparelho auditivo WIDEX.

3. Melhoria da sua qualidade de vida.

Tome uma iniciativa pela sua audição e aproveite o que a vida tem de melhor.



## OFERTA DISPONÍVEL

no centro Clínico Ambulatório do SAMS, Serviço de Audiofonia, em Lisboa, ou em qualquer CENTRO AUDITIVO WIDEX em todo o país.

Saiba tudo sobre a sua audição em [www.widex.pt](http://www.widex.pt)



Nº verde gratuito

**800 200 343**

**1ª CONSULTA GRÁTIS**  
Informações adicionais  
em [www.widex.pt](http://www.widex.pt)



**WIDEX®**  
CENTROS AUDITIVOS

Almada | Angra do Heroísmo | Amora | Aveiro | Braga Parque | Campo Maior | Cascais\* | Castelo Branco\* | Coimbra\* | Covilhã | Évora | Faial | Faro\* | Funchal  
Guarda | Guimarães | Leiria\* | Lisboa 5 de Outubro\* | Lisboa Colombo | Pico | Ponta Delgada | Portalegre | Porto\* | Santarém | Setúbal\* | Sines | Távira | Vendas  
Novas | Viana do Castelo | Viseu — \*(Centros Auditivos com atividade certificada).